

4

As competências segundo os PCNEM

Na segunda metade da década passada (anos 90), foram elaborados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para todas as disciplinas dos Ensinos Fundamental e Médio. Os parâmetros que nos interessam neste trabalho são os do ensino de línguas estrangeiras modernas e de língua portuguesa no nível médio.

As línguas acima mencionadas – línguas naturais – formam, juntamente com a Educação Física, a Arte e a Informática, a Parte II dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM), dedicada às “Linguagens, Códigos e suas Tecnologias”. Na “Apresentação” dessa parte, lê-se que

o caminho de sua produção foi longo e histórico. O ponto de partida se deu em 1996. Houve adesão de diferentes pessoas, que encaminharam críticas e sugestões diversas, o que motivou a elaboração de várias versões.

O objetivo principal do texto é a escola, pois só lá o encontro entre o pensar e o fazer poderá delimitar o sucesso ou não deste trabalho.

Cabe ao leitor entender que o documento é de natureza indicativa e interpretativa, propondo a interatividade, o diálogo, a construção de significados na, pela e com a linguagem (Ministério da Educação, 2000, p.4).

Fica claro que os PCNEM não são leis, mas sim orientações para as escolas, das quais se espera uma “interatividade”, uma reflexão constante visando a possíveis reelaborações futuras de currículos.

O ano de 1996, indicado acima como o “ponto de partida” para a elaboração dos PCNEM, é o mesmo da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9.394/96) e da realização do I Encontro Nacional sobre Política de Línguas Estrangeiras, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Segundo Savedra, algumas das propostas levantadas nesse evento e reafirmadas em um segundo encontro, ocorrido em 2000 na Universidade Católica de Pelotas, foram:

- que seja elaborado um plano emergencial de ação para garantir ao aluno o acesso ao estudo de línguas estrangeiras (...);
- que seja garantida a oferta de pelo menos uma língua estrangeira obrigatória;
- que seja incentivado o estudo de uma segunda língua estrangeira;
- que as línguas estrangeiras sejam definidas pela comunidade na qual se insere a escola;

- que todo cidadão brasileiro tenha o direito de ser preparado para o mundo multicultural e plurilíngüe por meio da aprendizagem de línguas estrangeiras (2003, p.244).

Veremos, mais adiante, que essas propostas são acolhidas pelos PCNEM.

Esse documento, antes de entrar nas diretrizes específicas para as disciplinas Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna, Educação Física, Arte e Informática, dedica uma seção às linguagens em geral, chamada “O sentido do aprendizado na área”, onde se percebem a importância dada à linguagem verbal e a influência de teóricos como Saussure, Vigotski e Bakhtin.

O primeiro parágrafo apresenta os objetivos gerais da área de linguagens no Ensino Médio:

As propostas de mudanças qualitativas para o processo de ensino-aprendizagem no nível médio indicam a sistematização de um conjunto de disposições e atitudes como pesquisar, selecionar informações, analisar, sintetizar, argumentar, negociar significados, cooperar, de forma que o aluno possa participar do mundo social, incluindo-se aí a cidadania, o trabalho e a continuidade dos estudos. Como objetivar tais competências sem um trabalho sistemático e organizado com a linguagem? (Ministério da Educação, 2000, p.5).

Vemos que os objetivos são práticos, voltados para a vida cotidiana e o mundo profissional, que exigem dos indivíduos as capacidades de busca e seleção de informações, interpretação de significados e expressão. As propostas de mudanças no ensino das linguagens, por serem qualitativas, não prevêem aumento da carga horária ou dos conteúdos programáticos das disciplinas em questão, mas um redirecionamento das prioridades.

A seguir, o documento ressalta o caráter transdisciplinar da linguagem, que tem sido objeto de estudo de várias ciências, como a Lingüística, a Psicologia, a Filosofia, a Semiótica, para citarmos só algumas. A definição dada de linguagem é “a capacidade humana de articular *significados coletivos* e compartilhá-los, *em sistemas arbitrários de representação*, que variam de acordo com as necessidades e experiências da vida em sociedade” (*ibid.*, 2000, p.5, grifo nosso). Percebemos aí traços de Saussure, embora o seu nome não conste na bibliografia do documento analisado. No *Curso de lingüística geral*, no capítulo que trata do objeto da Lingüística, Saussure estabelece a posição da língua em relação à linguagem nos seguintes termos:

Mas o que é a língua? Para nós, ela não se confunde com a linguagem; é somente uma parte determinada, essencial dela, indubitavelmente. É, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos ([1916] 2006, p.17).

A definição de língua encontrada na obra de Saussure coincide com o que extraímos, acima, dos PCNEM: “um sistema arbitrário de representação”, no qual “significados coletivos” são “articulados” e “compartilhados”. Além disso, tanto para Saussure quanto para os PCNEM, a linguagem é uma faculdade ou capacidade humana.

Outra característica da linguagem apontada no documento é a de “que, uma vez assimilada, envolve os indivíduos e faz com que as estruturas mentais, emocionais e perceptivas sejam reguladas pelo seu simbolismo” (*op.cit.*, 2000, p.5). Quem já teve contato com a obra de Liev Vigotski reconhece claramente a sua influência, comprovada pela indicação de *Pensamento e linguagem* como referência bibliográfica. Nesse livro, um clássico da Psicologia do Desenvolvimento, Vigotski mostra o papel da palavra na formação de conceitos:

Nossa investigação mostrou que um conceito se forma não pela interação das associações, mas mediante uma operação intelectual em que todas as funções mentais elementares participam de uma combinação específica. Essa operação é dirigida pelo uso das palavras como o meio para centrar ativamente a atenção, abstrair determinados traços, sintetizá-los e simbolizá-los por meio de um signo.

Os processos que levam à formação dos conceitos evoluem ao longo de duas linhas principais. A primeira é a formação dos complexos: a criança agrupa diversos objetos sob um “nome de família” comum; esse processo passa por vários estágios. A segunda linha de desenvolvimento é a formação de “conceitos potenciais”, baseados no isolamento de certos atributos comuns. Em ambos os casos, o emprego da palavra é parte integrante dos processos de desenvolvimento, e a palavra conserva a sua função diretiva na formação dos conceitos verdadeiros, aos quais esses processos conduzem ([1934]1998, p.101).

A palavra, representando metonimicamente a linguagem verbal, é considerada, portanto, o elemento responsável pela organização da realidade em conceitos, que, por sua vez, podem ser traduzidos por significados.³²

³²Duas das onze acepções encontradas no dicionário Houaiss para o verbete “conceito” são: “representação mental de um objeto abstrato ou concreto, que se mostra como um instrumento fundamental do pensamento em sua tarefa de identificar, descrever e classificar os diferentes elementos e aspectos da realidade” e “noção abstrata contida nas palavras de uma língua para designar, de

Bakhtin é outro teórico cujas idéias permeiam todo o texto dos PCNEM. Existe entre ele e Vigotski uma semelhança de opinião no que toca à relação pensamento/linguagem:

Os indivíduos não recebem a língua pronta para ser usada; eles penetram na corrente da comunicação verbal; ou melhor, somente quando mergulham nessa corrente é que sua consciência desperta e começa a operar... Os sujeitos não adquirem a língua materna; é nela e por meio dela que ocorre o primeiro despertar da consciência (Bakhtin, *apud* Jobim e Souza, 2000, p.99).

Fica, então, ratificada a importância que os PCNEM dão às línguas naturais como modeladoras do pensamento: “A linguagem verbal é um dos meios que o homem possui para representar, organizar e transmitir de forma específica o pensamento” (Ministério da Educação, 2000, p.5). E o homem, ainda segundo os PCNEM, pode, ao transmitir seu pensamento, subverter significados socialmente construídos. Neste ponto, Bakhtin é citado nominalmente: “Como diz Bakhtin, a arena de luta daqueles que procuram conservar ou transgredir os sentidos acumulados são as trocas lingüísticas, relações de força entre interlocutores” (*ibid.*, 2000, p.6).

A interação verbal, mencionada diversas vezes nos PCNEM, constitui para Bakhtin o objetivo primeiro da linguagem:

A categoria básica da concepção de linguagem em Bakhtin é a interação verbal cuja realidade fundamental é seu caráter dialógico. Para ele, toda enunciação é um diálogo; faz parte de um processo de comunicação ininterrupto. Não há enunciado isolado, todo enunciado pressupõe aqueles que o antecederam e todos os que o sucederão: um enunciado é apenas um elo de uma cadeia, só podendo ser compreendido no interior dessa cadeia (Jobim e Souza, 2000, p.99-100).

Na seção dos PCNEM aqui abordada, a qual não se dedica somente à linguagem verbal, mas também à áudio-visual e aos seus cruzamentos com a linguagem verbal, são enumeradas e explicadas as competências que os alunos do Ensino Médio devem desenvolver para tornarem-se cidadãos ativos e bons profissionais. Citaremos *ipsis litteris* tais competências, acrescentaremos um resumo do

modo generalizado e, de certa forma, estável, as propriedades e características de uma classe de seres, objetos ou entidades abstratas” (2004, p.783-784).

que se encontra no documento sobre cada uma delas e, quando julgarmos interessante ou necessário, faremos alguns comentários.

1^a) “*Compreender e usar os sistemas simbólicos das diferentes linguagens como meios de organização cognitiva da realidade pela constituição de significados, expressão, comunicação e informação*” (op.cit., 2000, p.6).

Segundo os PCNEM, os alunos devem ser conscientizados de que por trás de cada linguagem há sempre uma visão de mundo com significados próprios. Na linguagem verbal, por exemplo, a norma padrão representa a variante utilizada pelo grupo social que detém o poder econômico. Os alunos precisam tomar conhecimento do pano de fundo histórico de cada linguagem e das razões da sua maior ou menor aceitação dentro da sociedade, para adquirirem poder de crítica sobre o assunto. Importante é, também, que eles desenvolvam competência sociolingüística, para entenderem e fazerem uso dos diferentes registros e regras de polidez existentes na sua língua materna e nas línguas estrangeiras que vierem a aprender.

Nesse ponto, observamos uma semelhança, ainda que involuntária, com o Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas, que considera a competência sociolingüística como integrante da competência comunicativa.

2^a) “*Analisar, interpretar e aplicar os recursos expressivos das linguagens, relacionando textos com seus contextos, mediante a natureza, função, organização das manifestações, de acordo com as condições de produção e recepção*” (ibid., 2000, p.8).

Aqui entram em jogo as escolas literárias, os gêneros discursivos e as funções da linguagem, cujos recursos expressivos os alunos devem aprender a reconhecer e manejar. Propõe-se um trabalho interdisciplinar não só dentro da área – por exemplo, entre Língua Portuguesa e Arte – mas também com as áreas de Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias (Parte III dos PCNEM) e de Ciências Humanas e suas Tecnologias (Parte IV).

Observamos que a competência aqui abordada lembra as competências pragmáticas apresentadas no QECR, tanto a discursiva quanto a funcional.

3^a) “*Confrontar opiniões e pontos de vista sobre as diferentes linguagens e suas manifestações específicas*” (ibid., 2000, p.8).

A escola deve apresentar aos alunos e colocar em discussão as várias teorias, que surgiram ao longo da história, sobre as linguagens. Pretende-se equipá-los com embasamento teórico a fim de que possam fazer suas escolhas nas suas produções lingüísticas e artísticas, bem como estimular a pesquisa e o debate e superar a aceitação passiva de pontos de vista que, algumas vezes, partem apenas do senso comum e nada têm de científicos.

4ª) *“Respeitar e preservar as diferentes manifestações da linguagem utilizadas por diferentes grupos sociais, em suas esferas de socialização; usufruir do patrimônio nacional e internacional, com suas diferentes visões de mundo; e construir categorias de diferenciação, apreciação e criação”* (ibid., 2000, p.9).

Destaca-se nesse item o fato de que através das linguagens os grupos sociais expressem e mantenham as suas identidades, que devem ser respeitadas. O preconceito tem de ser banido em relação aos grupos sociais e também às próprias linguagens: às variantes (padrão e não-padrão) da língua materna, às línguas estrangeiras, à TV, ao cinema, à Informática, etc.

Não podemos deixar de relacionar a questão das identidades, aqui apontada, com o trecho citado do QECR que abriu o capítulo 3 deste trabalho, onde se fala que a identidade do indivíduo não se constrói apenas com as suas capacidades e traços de personalidade, mas também com as relações que estabelece com diferentes grupos sociais.

Gostaríamos de acrescentar que a noção de identidade é bastante complexa e vem sendo discutida por inúmeros teóricos das ciências humanas e sociais. Silva, por exemplo, afirma que identidade e diferença são “o resultado de atos de criação lingüística”, ou seja: “somos nós que as fabricamos, no contexto de relações culturais e sociais” (2000, p.76).

5ª) *“Utilizar-se das linguagens como meio de expressão, informação e comunicação em situações intersubjetivas, que exijam graus de distanciamento e reflexão sobre os contextos e estatutos de interlocutores; e saber colocar-se como protagonista no processo de produção/recepção”* (ibid., 2000, p.10).

Os alunos devem aprender a usar a linguagem para interagir com grupos sociais diferentes dos seus. O êxito em uma situação desse tipo depende das escolhas feitas pelo locutor, as quais esbarram nas convenções estabelecidas pelos

próprios grupos. Saber escolher é fundamental quando se quer atingir um determinado objetivo.

6ª) “*Compreender e usar a Língua Portuguesa como língua materna, geradora de significação e integradora da organização de mundo e da própria identidade*” (ibid., 2000, p.10).

Aqui retoma-se o papel da linguagem verbal como organizadora do pensamento, aspecto trabalhado no início deste capítulo, e reforça-se o papel de instrumento de comunicação. Resgatam-se, também, outros aspectos abordados nos itens anteriores: a relação entre língua e poder (norma padrão e outras variantes), a importância dos contextos na produção e interpretação de enunciados (escolas literárias, gêneros discursivos e funções da linguagem) e a necessidade de cada falante desenvolver competência sociolingüística, já que “algumas situações de fala e escrita podem inclusive produzir o silêncio daquele que se sente pouco à vontade no ato interlocutivo” (ibid., 2000, p.11).

7ª) “*Conhecer e usar língua(s) estrangeira(s) moderna(s) como instrumento de acesso a informações e a outras culturas e grupos sociais*” (ibid., 2000, p.11).

No mundo globalizado em que vivemos, em que a comunicação tornou-se imprescindível em todos os setores da vida social, as línguas estrangeiras modernas ganharam prestígio. O seu ensino deve ter como meta a formação pessoal, acadêmica e profissional dos alunos, sem perder de vista a bagagem cultural que a aprendizagem de uma LE proporciona às pessoas, bem como a constatação de que o mundo não é recortado somente pela nossa língua materna.

Reconhecemos aqui “o mundo multicultural e plurilíngüe” a que todos os brasileiros devem ter acesso, como consta em uma das propostas dos encontros sobre política de línguas estrangeiras, mencionados no início deste capítulo (cf. p.39). Percebemos, também, que os objetivos do ensino de LE mostrados aqui convergem com os apresentados pelo QECR:

é objectivo central da educação em língua promover o desenvolvimento desejável da personalidade do aprendente no seu todo, bem como o seu sentido de identidade, em resposta à experiência enriquecedora da diferença na língua e na cultura (Conselho da Europa, 2001, p.19).

8ª) “Entender os princípios das tecnologias da comunicação e da informação, associá-las aos conhecimentos científicos, às linguagens que lhes dão suporte e aos problemas que se propõem a solucionar” (ibid., 2000, p.11).

A escola deve mostrar aos alunos que tecnologias como o rádio, a televisão, a informática, etc., resultam do esforço da humanidade em superar as barreiras do próprio corpo no que concerne à comunicação. A problemática das tecnologias gira em torno dos seus usos, não dos seus fins. Com esse entendimento, pretende-se desenvolver nos jovens o gosto pela tecnologia e, ao mesmo tempo, o espírito crítico em relação a ela. É necessário tornar o Brasil apto a competir internacionalmente na área tecnológica.

9ª) “Entender o impacto das tecnologias da comunicação e da informação na sua vida, nos processos de produção, no desenvolvimento do conhecimento e na vida social” (ibid., 2000, p.12).

De acordo com os PCNEM, muitas pessoas sentem-se desconfortáveis diante das inovações tecnológicas, simplesmente por não as entenderem. Cabe à escola aproximar os alunos das tecnologias, contribuindo para a democratização delas. Antes de serem produtos de mercado, as tecnologias representam necessidades sociais; elas não invadem a vida das pessoas, mas fazem parte dela.

10ª) “Aplicar as tecnologias da comunicação e da informação na escola, no trabalho e em outros contextos relevantes para a sua vida” (ibid., 2000, p.12).

Ainda de acordo com o documento, as tecnologias da comunicação e da informação devem estar presentes nas disciplinas de todas as áreas. Seus usos podem ser discutidos com vistas à solução de problemas, desde o saneamento básico em favelas até os fenômenos ambientais como o El Niño.

Após esse levantamento das diretrizes para a área das linguagens em geral, vejamos o que os PCNEM trazem no que se refere aos ensinamentos de LM e LE.

4.1 Conhecimentos de Língua Portuguesa

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 5.692/71 dicotomizou o ensino dessa disciplina em Língua e Literatura, o que contribuiu para a divisão, nos currículos e

nos livros didáticos, entre gramática, redação e estudos literários. Separada, assim, da produção e recepção de textos, a gramática permaneceu, por um bom tempo, em uma tradição que preconizava a nomenclatura em si mesma, ilustrada por frases deslocadas de contextos.

Com a LDB de 1996 e o Parecer do Conselho Nacional da Educação (CNE) de 1998, os objetivos da disciplina ganham uma dimensão tal – formação ética, estética e política – que não se permite mais o seu estacionamento na tradição do ensino isolado de gramática. A língua materna deve ser vista como instrumento de desenvolvimento cognitivo e de comunicação; e a gramática deve estar a serviço disso.

Espera-se que na disciplina Língua Portuguesa os alunos do Ensino Médio sejam primeiramente confrontados com o conceito de linguagem verbal, que pressupõe uma capacidade humana influenciada historicamente, isto é, pelos contextos sócio-culturais, e que tem como principal finalidade a interação com o outro. Além disso, é importante que os alunos entendam que a unidade básica da linguagem verbal não é a frase, mas o texto, e que este serve tanto para a auto-expressão quanto para o conhecimento do outro, mesmo quando nem tudo é verbalizado: é preciso aprender também a descobrir o “não dito”.

As competências que se quer alcançar até o final do Ensino Médio são resumidas a quatro, que, de uma forma ou de outra, já foram discutidas na primeira parte deste capítulo. Gostaríamos de comentar que o texto dos PCNEM é bastante repetitivo e contém, infelizmente, erros de concordância, pleonasmos e outros desvios da norma culta do português, tais como: “(...) as chances de não se chegar a lugar algum ou de não atender aos objetivos propostos **é** grande” (p.10) e “(...) o aprimoramento do aluno como **pessoa humana** (...)” (p.17).

Como fizemos há pouco com as competências a serem desenvolvidas no âmbito das linguagens em geral, citaremos literalmente as competências em Língua Portuguesa apontadas pelos PCNEM e resumiremos as explicações fornecidas pelo documento sobre cada uma delas.

1ª) “*Considerar a Língua Portuguesa como fonte de legitimação de acordos e condutas sociais e como representação simbólica de experiências humanas manifestas nas formas de sentir, pensar e agir na vida social*” (op.cit., 2000, p.20).

Fala-se aqui, mais uma vez, na formação de identidades através das variantes lingüísticas e no respeito que se deve ter por estas. Interessante é o exemplo dado para a superação de preconceitos e a legitimação de falares distantes da norma padrão: Guimarães Rosa, que eternizou com a sua obra a linguagem de um recanto do Brasil em uma determinada época. Vejamos:

Guimarães Rosa procurou no interior de Minas Gerais a matéria-prima de sua obra (...). Indo às raízes, devastando imagens pré-conceituosas, legitimou acordos e condutas sociais, por meio da criação estética (*op.cit.*, 2000, p.20).

2ª) “*Analisar os recursos expressivos da linguagem verbal, relacionando textos/contextos, mediante a natureza, função, organização, estrutura, de acordo com as condições de produção/recepção (intenção, época, local, interlocutores participantes da criação e propagação de idéias e escolhas)*” (*ibid.*, 2000, p.20).

Competência já abordada anteriormente, torna-se, nessa seção, restrita à linguagem verbal. O que nos chama a atenção é a ênfase dada à multiplicidade de recursos expressivos que a língua portuguesa oferece:

Uma entoação de voz pode transformar o sentido de um texto. A simples inversão de um adjetivo modifica o significado de uma frase. O texto literário se apropria desse jogo do possível com maestria. A propaganda faz o mesmo. A ambigüidade da linguagem faz os juristas provarem o dito pelo não dito e vice-versa (*ibid.*, 2000, p.21).

Outro aspecto retomado é a necessidade de os alunos reconhecerem os gêneros discursivos e saberem, também, produzir textos de acordo com eles. Faz-se, porém, a ressalva de que os limites entre os gêneros estão cada vez mais permeáveis, de forma que, por exemplo, textos jornalísticos e de propaganda incluam recursos visuais, e textos escritos se aproximem do discurso oral.

3ª) “*Confrontar opiniões e pontos de vista sobre as diferentes manifestações da linguagem verbal*” (*ibid.*, 2000, p.21).

Competência já mencionada (cf. p.52), tem agora a sua dimensão reduzida à linguagem verbal. Digno de nota, entretanto, é o destaque dado à liberdade de expressão que os alunos devem ter, para que não se repitam situações vistas no Ensino Superior, nas quais os estudantes não conseguem emitir opiniões próprias sobre diversos assuntos. O documento ressalta, porém, a necessidade de que a liberdade de expressão seja acompanhada pela ética.

4ª) “Compreender e usar a Língua Portuguesa como língua materna, geradora de significação e integradora da organização do mundo e da própria identidade” (ibid., 2000, p.22).

Reitera-se aqui que a auto-estima dos alunos deve ser reforçada, no sentido de que eles se convençam de que merecem ser lidos e ouvidos. Além disso, a disciplina Língua Portuguesa é vista como o espaço – um dos espaços, diríamos – onde se conhece a complexidade humana e se aprende a aceitá-la, bem como se percebe o poder da língua de transformar ou manter a ordem social.

4.2

Conhecimentos de Língua Estrangeira Moderna

Segundo os PCNEM, a legislação da primeira metade do século XX apontava para um ensino de LE com objetivos práticos, mas isso não era integralmente atendido porque a carga horária reservada era pequena e não havia muitos professores lingüística e didaticamente preparados. Além disso, era difícil encontrar materiais didáticos que estimulassem a aprendizagem de LE e os que havia no mercado eram muito caros, o que só piorava a situação.

Esses fatores reunidos tinham como consequência um ensino pautado na memorização de regras e formas, na dedicação à língua escrita em detrimento da falada e na ausência de contextos e vínculos com a realidade. Hoje, o quadro é outro: o fato de as LE estarem inseridas na grande área das Linguagens, Códigos e suas Tecnologias mostra o quanto elas são importantes para a comunicação entre os homens e para a obtenção de conhecimentos, não podendo ficar restritas à modalidade escrita, leitura de textos não autênticos e repetição de estruturas frasais.

Os PCNEM prevêm um ensino de LE que dê conta também dos aspectos culturais do povo cuja língua é ensinada/aprendida. Pretende-se, com isso, fazer com que a escola ofereça o que, ao longo das últimas décadas, só tem sido oferecido por cursos particulares.

Quanto às línguas ensinadas, o documento deixa claro que a preferência pelo inglês e pelo espanhol deve-se aos objetivos profissionalizantes do Ensino Médio, mas que as necessidades da comunidade também devem ser consideradas. Assim, com base na lei, que garante a possibilidade da oferta de uma segunda língua estrangeira moderna em caráter optativo, há escolas no Rio Grande do Sul, por exemplo, onde se aprende alemão. Isso atende a duas das propostas dos en-

contros de 1996 e 2000 sobre política de línguas estrangeiras: que a aprendizagem de uma segunda LE fosse estimulada e que a comunidade pudesse escolher a LE que lhe fosse mais conveniente.

Uma experiência interessante citada nos PCNEM é a dos Centros de Estudos de Línguas Estrangeiras, encontrados nos Estados do Paraná e de São Paulo, onde os alunos podem escolher uma língua diferente da ensinada na grade curricular. Esses centros, surgidos ao final dos anos 80, têm tido bastante êxito nos seus objetivos, principalmente pela liberdade de escolha dos alunos e pela abordagem comunicativa que caracteriza o ensino de LE ali realizado.

Da mesma forma como foi organizada a seção sobre o ensino de Língua Portuguesa, aqui também são enumeradas as competências e habilidades que devem ser desenvolvidas no ensino de LE. Interessante é constatar que só agora, quando se fala em conhecimentos de LE, menciona-se, pela primeira vez, a competência comunicativa, o que nos sugere uma tendência da época em que os PCNEM e o QECR foram elaborados, isto é, meados da década de 90. Citaremos abaixo um trecho significativo dos PCNEM, para que se possam observar as semelhanças com o QECR:

Se em lugar de pensarmos, unicamente, nas habilidades lingüísticas, pensarmos em competências a serem dominadas, talvez seja possível estabelecermos as razões que de fato justificam essa aprendizagem. Dessa forma, a competência comunicativa só poderá ser alcançada se, num curso de línguas, forem desenvolvidas as demais competências que a integram e que, a seguir, esboçamos de forma breve:

- Saber distinguir entre as variantes lingüísticas.
 - Escolher o registro adequado à situação na qual se processa a comunicação.
 - Escolher o vocábulo que melhor reflita a idéia que pretenda comunicar.
 - Compreender de que forma determinada expressão pode ser interpretada em razão de aspectos sociais e/ou culturais.
 - Compreender em que medida os enunciados refletem a forma de ser, pensar, agir e sentir de quem os produz.
 - Utilizar os mecanismos de coerência e coesão na produção em Língua Estrangeira (oral e/ou escrita). Todos os textos referentes à produção e à recepção em qualquer idioma regem-se por princípios gerais de coerência e coesão e, por isso, somos capazes de entender e de sermos entendidos.
 - Utilizar as estratégias verbais e não verbais para compensar falhas na comunicação (como o fato de não ser capaz de recordar, momentaneamente, uma forma gramatical ou lexical), para favorecer a efetiva comunicação e alcançar o efeito pretendido (falar mais lentamente, ou enfatizando certas palavras, de maneira proposital, para obter determinados efeitos retóricos, por exemplo).
- (*op.cit.*, 2000, p.28-29)

A primeira semelhança entre o QECR e os PCNEM é que se ultrapassa a idéia de que a aprendizagem de línguas resume-se ao domínio das quatro habilidades (ler, ouvir, escrever e falar). Em segundo lugar, em ambos os documentos preconiza-se a competência comunicativa, não a lingüística, uma vez que a comunicação não resulta apenas do uso da linguagem verbal. Um terceiro ponto em comum é o caráter multifacetado da competência comunicativa, que se compõe de várias competências, como por exemplo a sociolingüística (v. os dois primeiros itens acima), a lexical (v. o terceiro item) e a discursiva (v. o sexto item)³³.

No texto dos PCNEM, encontra-se o termo “competência estratégica” (cf. 2000, p.29) referindo-se ao último item acima, que trata de estratégias verbais e não verbais que podem ajudar a resolver problemas na comunicação. Tal competência remete-nos ao conceito de plurilingüismo levantado pelo QECR, que, como já vimos, consiste na possibilidade de o falante usar, no ato comunicativo, tanto sua língua materna, quanto línguas estrangeiras que tenha aprendido, quanto ainda recursos paralingüísticos (gestos, expressões faciais etc.). Em resumo: para o QECR e para os PCNEM, o que importa é a comunicação, mesmo que se recorra à paráfrase e ao comportamento paralingüístico (cf. 3.2., item e).

Já foi dito que os PCNEM propõem um trabalho interdisciplinar e isso é reforçado no final da seção “Conhecimentos de Língua Estrangeira Moderna”. São dados dois exemplos:

- a) Uma simples frase como “Onde é a estação de trens?” pode e deve suscitar comentários sobre a importância dos trens nos países em que se fala a língua-alvo e o porquê da sua quase inexistência no Brasil.
- b) O vocabulário ligado ao tema “alimentação” pode ser o ponto de partida de um trabalho conjunto com a disciplina Geografia, de modo que se comparem o clima e o solo do Brasil com os dos países da língua-alvo e se conclua por que determinados alimentos não são produzidos nesses países ou no nosso e como se formam hábitos alimentares.

Tendo analisado, neste e no capítulo anterior, os documentos que regem respectivamente o ensino de LM e LE para os alunos do Ensino Médio no Brasil

³³ Queremos lembrar que, segundo o QECR, a competência lexical é parte da competência lingüística, e a discursiva, parte da competência pragmática.

(PCNEM) e o ensino de LE na Europa (QECR), podemos agora, finalmente, dirigir a nossa atenção para as provas de redação do ENEM e do DSD-B1. Porém, conforme anunciado na Introdução, abordaremos primeiro o conceito de texto.